

Arqueologia e Patrimônio Cultural

Ao longo dos últimos 16 anos, que marcam o início de um novo milênio, novas maneiras de lidar com o patrimônio cultural surgiram em diversos países. Este fenômeno se enquadra em um quadro global de ações empreendidas por acadêmicos, agentes públicos e privados da área cultural, assim como na tomada de consciência para preservação do passado humano.

Alguns exemplos deste fenômeno são o crescimento de áreas protegidas e a descoberta crescente de locais até então desconhecidos. A obrigatoriedade da presença do profissional arqueólogo nas obras de construção civil é outro fator que tem permitido a descoberta de inúmeros sítios, às vezes não visíveis por milênios, quando não críticas que uma obra causará sobre determinado bem de interesse cultural.

Como parte desse movimento a UNESCO e diversos outros órgãos nacionais (IPHAN, Condephaat, etc.) e internacionais (English Heritage, National Park Service, etc.) buscam desenvolver medidas técnicas que aprofundem a participação popular no processo decisório para proteção e valorização dos diversos patrimônios culturais existentes. Contudo, apesar dos inegáveis avanços, o alcance dessas ações tem sido duramente criticado por associações de moradores, ONGs, organizações de classe e grupos sociais frequentemente aliados do processo decisório (indígenas, imigrantes, quilombolas, caiçaras, etc).

Cada vez mais se faz presente nos discursos proferidos em Congressos e audiências públicas termos como multivocalidade e diversidade (étnica, de gênero e religiosa). Isto é, o reconhecimento da necessidade da presença de outras vozes que deem conta da pluralidade cultural de um determinado povo. Grupos minoritários não observam seus interesses serem levados em conta nas pesquisas desenvolvidas, nem são inseridos dentro de projetos que ocorrem em suas próprias terras ancestrais.

Neste sentido, os artigos reunidos nesta edição da Revista de Arqueologia Pública são uma bela amostra dos principais pontos enfrentados por arqueólogos sobre o tema da gestão patrimonial. Sobretudo, discorrem sobre uma ampla variedade de situações enfrentadas antes, durante e após o processo de investigação.

Os autores, Claudio Carlan, Irina Capdepon Caffa, Maria Aparecida de Andrade Almeida, Tobias Vilhena de Moraes, Andrés Zarankin e Melisa A. Salerno e Orestes Jayme Mega, reúnem alguns dos principais debates e controvérsias contemporâneas acerca do tema. Abrem assim portas para um estudo analítico da construção conceitual e prática do patrimônio em diversos momentos da história, nos mais variados contextos temporais e geográficos.

Acima de tudo, após a leitura atenta dos artigos, fica claro que as questões patrimoniais não devem mais ficar enclausuradas dentro do ambiente acadêmico das universidades e das instituições especializadas em lidar com o patrimônio. A expansão torna-se necessária e a participação de outros atores é urgente.

Apenas com a participação coletiva e atuante conseguiremos fazer com que o patrimônio cultural deixa de ser objeto de estudo de poucos iniciados (historiadores, arquitetos, arqueólogos e antropólogos, secretários e ministros de cultura), tornando-o um instrumento eficaz de construção de uma sociedade mais justa, igualitária e democrática.

Chamo atenção ainda para a resenha perspicaz do Doutorando Jefferson Ramalho, que faz uma reflexão da obra laçada pelo Prof. Dr. Claudio Carlan (UNIFAL/MG) em 2013, onde o autor analisa o mundo romano antigo através da numismática. Também completam o volume uma entrevista com o Prof. Dr. Fabio Vergara (UFPEL) sobre a Arqueologia da Música, e o artigo de Felipe Ribeiro Bittencourt sobre a iconografia dos dobrões de ouro da casa da moeda de Vila Rica, Minas Gerais do século XVIII.

Tobias Vilhena de Moraes (Arqueólogo IPHAN/RS e Pós-doc LAP/UNICAMP/FAPESP)